

ANÁLISE DE RISCOS

Com fulcro no Art. 2º, I, Art. 12º § 1º, IV, § 3º, Art. 17º, I a V, da Resolução de nº 182/2013 do CNJ, Art. 72º, I, Art. 22º, 103º caput, e Art. 169º caput, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, é que se elabora esta Análise de Riscos.

Análise de Riscos é o documento que contém a descrição, a análise e o tratamento dos riscos e ameaças que possam vir a comprometer o sucesso de todo o Ciclo de Vida da Contratação.

Risco é o efeito do acaso sobre o objeto. Onde há objetivos há riscos.

Segundo o Art. 169 da Lei 14.133/2021, as contratações públicas deverão submeter-se a práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos e de controle preventivo, inclusive mediante adoção de recursos de tecnologia da informação, e, além de estar subordinadas ao controle social.

O Processo de Gestão de Riscos compreende as seguintes etapas:

Estabelecimento do contexto - é a compreensão do ambiente interno e externo que pode afetar os objetivos, processos ou atividades cujos riscos estão sendo geridos.

Passos:

- Identificar os processos de trabalho relevantes (críticos) para o alcance dos objetivos e resultados.
- Identificar os agentes envolvidos nesses processos.
- Mapear os principais fatores internos e externos que podem afetar o alcance dos objetivos e resultados. Análise SWOT.

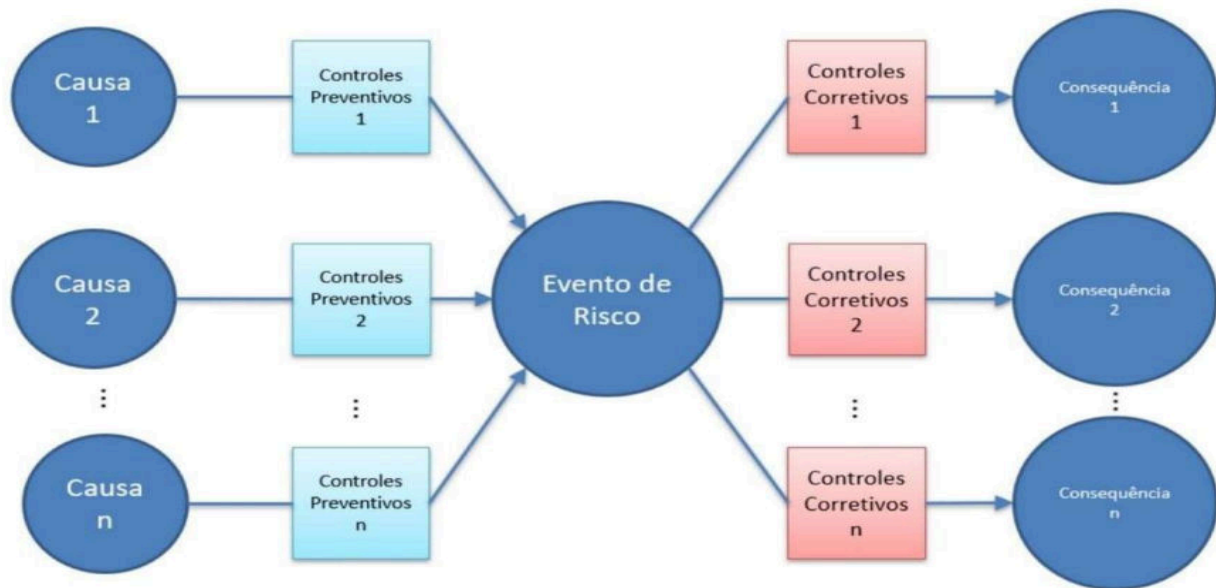
Identificação dos Riscos - é o reconhecimento e a descrição dos riscos relacionados aos objetivos, processos ou atividades que estão sendo geridos.

Passos:

- Listar, para cada objetivo, os eventos que possam vir a ter impacto negativo no seu alcance.
- Descrever as causas e consequências dos riscos listados.

EXEMPLO: uma contratação por preço superior ao do mercado (risco) tem como causa a má elaboração da pesquisa de preços e como consequência prejuízo ao erário.

Diagrama Bow Tie (gravata borboleta)



Fonte: ANAC

Análise dos Riscos - é o momento em que se mensura o quanto os riscos afetam os objetivos estratégicos, táticos ou operacionais.

Passos:

- Avaliar o impacto do risco sobre o objetivo, ou seja, medir o potencial comprometimento do objetivo caso aquele evento negativo venha a ocorrer.
- Avaliar a probabilidade de ocorrência do risco (série histórica, jurisprudência TCU e CGU, etc).
- Mensurar o risco através da Matriz Impacto x Probabilidade

 IMPACTO	MUITO ALTO	5	RISCO MODERADO	RISCO ALTO	RISCO CRÍTICO	RISCO CRÍTICO	RISCO CRÍTICO
	ALTO	4	RISCO MODERADO	RISCO ALTO	RISCO ALTO	RISCO CRÍTICO	RISCO CRÍTICO
	MÉDIO	3	RISCO PEQUENO	RISCO MODERADO	RISCO ALTO	RISCO ALTO	RISCO CRÍTICO
	BAIXO	2	RISCO PEQUENO	RISCO MODERADO	RISCO MODERADO	RISCO ALTO	RISCO ALTO
	MUITO BAIXO	1	RISCO PEQUENO	RISCO PEQUENO	RISCO PEQUENO	RISCO MODERADO	RISCO MODERADO
			PROBABILIDADE 				
			1	2	3	4	5
			MUITO BAIXA	BAIXA	MÉDIA	ALTA	MUITO ALTA

Fonte: EBSERH

Avaliação dos Riscos - Consiste, basicamente, na comparação entre o nível de risco mensurado na etapa anterior e o limite de exposição a riscos que a organização está disposta a se submeter (apetite a riscos).

Passos:

- Definir o apetite a riscos da Organização.
- Identificar na matriz os riscos extremos (faixa vermelha), ou seja, acima do apetite a risco da organização.
- Identificar os riscos situados nas faixas amarela (que serão alvo de monitoramento) e verde (que serão aceitos sem nenhuma providência).

Tratamento dos Riscos - diz respeito ao planejamento e à implementação de ações que modifiquem o nível de risco através de medidas de resposta que mitiguem, transfiram ou evitem os riscos.

Passos:

- Elencar medidas de resposta ao risco.
- Avaliar a viabilidade técnica, a tempestividade e o custo-benefício das medidas de resposta ao risco elencadas.
- Decidir quais medidas serão efetivamente implementadas

POSSÍVEIS RESPOSTAS AO RISCO:

EVITAR: não iniciar ou descontinuar a atividade ou processo de trabalho.

TRANSFERIR: contratação de seguros ou terceirização de atividades.

MITIGAR: adoção de medidas para redução da probabilidade e/ou o impacto

ACEITAR: não adotar, deliberadamente, nenhuma medida mitigadora.

PRINCIPAIS RISCOS NA ETAPA DO PLANEJAMENTO

- Contratação desalinhada com a estratégia da organização
- Não atendimento da necessidade da unidade demandante
- Contratação por preço superior ao de mercado
- Definição de requisitos insuficientes ou desnecessários
- Estimativa de quantidade aquém ou além da necessidade
- Desconsideração de riscos relevantes
- Indisponibilidade orçamentária
- Não observância de soluções disponíveis no mercado
- Inexistência ou intempestividade de adequação do ambiente
- Inexistência ou insuficiência da análise jurídica da contratação

PRINCIPAIS RISCOS NA SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- Limitação indevida da competição
- Direcionamento da licitação
- Multiplicidade de esforços para realizar licitações de objetos similares
- Inviabilidade de aplicação de sanções aos licitantes
- Aceitação ou recusa de proposta em desacordo com o edital
- Contratação de licitante com restrições
- Contratação de empresa inapta
- Utilização de modalidade licitatória indevida

PRINCIPAIS RISCOS NA EXECUÇÃO CONTRATUAL

- Sobreposição ou lacunas contratuais
- Não formalização dos papéis de gestor e fiscal
- Deficiência nos mecanismos de gestão/fiscalização
- Sobrecarga de atividades
- Não manutenção dos requisitos de habilitação
- Pagamento por serviço não executado
- Dependência em relação à contratada
- Gestores e/ou fiscais sem as competências necessárias
- Inadimplemento de obrigações trabalhista

ANÁLISE DE RISCOS DO OBJETO

Elaborado segundo o Art. 17º da Res. 182/2013 do CNJ. O documento Análise de Riscos deverá conter, sempre que possível e necessário, os seguintes elementos:

I – a identificação dos principais riscos que possam vir a comprometer o sucesso da contratação ou que emergirão caso a contratação não seja realizada

São riscos que podem comprometer o sucesso do planejamento e da contratação:

Contratação desalinhada com a estratégia da organização, o não atendimento da necessidade da unidade demandante, a contratação por preço superior ao de mercado, a definição de requisitos insuficientes ou desnecessários, a estimativa de quantidade aquém ou além da necessidade, a desconsideração de riscos relevantes, a indisponibilidade orçamentária, a não observância de soluções disponíveis no mercado, a inexistência ou intempestividade de adequação do ambiente; e, a inexistência ou insuficiência da análise jurídica da contratação.

II – a mensuração das probabilidades de ocorrência e dos danos potenciais relacionados a cada risco identificado

O risco é a atuação do acaso sobre o objeto. Portanto, mesmo não sendo possível sua total eliminação, ações de controle têm sido tomadas, como a elaboração do Documento de Formalização da Demanda, Estudo Técnico Preliminar, esta Análise de Riscos e posteriormente o Projeto Básico e/ou Termo de Referência e Edital, em consonância com a legislação atual, para que esta contratação fique livre dos riscos ou ao menos que eles sejam mitigados.

Risco 1- Contratação desalinhada com a estratégia da organização

Controle - Contratação alinhada com o Plano Anual de Contratação do TRT3.

Risco 2 - Não atendimento da necessidade da unidade demandante

Controle - A Contratação atenderá à necessidade da Secretaria de Pagamento de Pessoal.

Risco 3 - Contratação por preço superior ao de mercado

Controle - Contratação em consonância com o preço praticado no mercado, inclusive por outros TRTs.

Risco 4 - Definição de requisitos insuficientes ou desnecessários

Controle - Requisitos suficientemente definidos no Termo de Referência.

Risco 5 - Estimativa de quantidade aquém ou além da necessidade

Controle - Serviço a ser contratado de acordo com a necessidade da Secretaria de Pagamento de Pessoal.

Risco 6 - Desconsideração de riscos relevantes

Controle - Riscos relevantes para a contratação levados em consideração.

Risco 7 - Indisponibilidade orçamentária

Controle - Orçamento disponível.

Risco 8 - Não observância de soluções disponíveis no mercado

Controle - Observadas as soluções disponíveis no mercado, inclusive as utilizadas por outros Tribunais.

Risco 9 - Inexistência ou intempestividade de adequação do ambiente

Controle - Adequação do ambiente tempestiva.

Risco 10 - Inexistência ou insuficiência da análise jurídica da contratação

Controle - Análise jurídica suficiente.

III – a definição das ações previstas para reduzir ou eliminar as chances de ocorrência dos eventos relacionados a cada risco

Para reduzir ou eliminar os riscos, as ações previstas são: contratação alinhada com a estratégia da organização, atendimento da necessidade da unidade demandante, contratação por preço igual ao praticado no mercado, definição de requisitos suficientes ou necessários, estimativa de quantidade igual à necessidade, consideração de riscos relevantes, disponibilidade orçamentária, observância de soluções disponíveis no mercado, existência e tempestividade de adequação do ambiente; e, existência e suficiência de análise jurídica da contratação.

IV – a definição das ações de contingência a serem tomadas caso os eventos correspondentes aos riscos se concretizem

As ações de contingência a serem tomadas caso os eventos correspondentes aos riscos se concretizem são as constantes dos documentos que formalizam esta demanda, a saber: Documento de Formalização da Demanda, Estudo Técnico Preliminar, Análise de Riscos, Projeto Básico e/ou Termo de Referência e Edital, todos em consonância com a atual legislação sobre Licitações, Lei 14.133/2021.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO

Secretaria de Pagamento de Pessoal

V – a definição dos responsáveis pelas ações de prevenção dos riscos e dos procedimentos de contingência

As ações de prevenção de riscos permeiam toda a Administração Pública.

Os responsáveis pelas ações de prevenção dos riscos e dos procedimentos de contingência são: Autoridade Competente, Integrante Demandante, Integrante Administrativo, Integrante Técnico, Equipe de apoio à Licitação, Gestor do Contrato, Fiscal Demandante do Contrato, Fiscal Administrativo do Contrato, Fiscal Técnico do Contrato, Controle Interno e Assessoria Jurídica, bem como todos os servidores que, de forma direta ou indireta, contribuírem para a execução do contrato.

ID	SITUAÇÃO DO RISCO	IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS				CONTROLES EXISTENTES		ANÁLISE E AVALIAÇÃO DO RISCO				TRATAMENTO DO RISCO			
		OBJETIVO(S), PROCESSOS OU ATIVOS AFETADOS	CAUSA (em virtude de...)	EVENO (poderá acontecer...)	CONSEQUÊNCIA (que poderá ocasionar...)	DESCRIÇÃO	EFICÁCIA DOS CONTROLES	DATA DA AVALIAÇÃO DO RISCO	PROBABILIDADE	IMPACTO	NÍVEL DE RISCO	AÇÕES A IMPLEMENTAR	COMUNICAÇÃO E CONSULTA	RESPONSÁVEL	QUANDO?
1	IDENTIFICADO	Dados pessoais de servidores/magistrados/pensionistas e dados do TRT3	Inobservância do devido tratamento de dados de terceiros, conforme Lei nº 12.903/2014	Vazamento de dados por meio de acesso não autorizado	Interrupção da prestação de serviço e da atividade fim a que é destinada a solução contratada	Muito Improvável	FORTES	Durante a licitação e execução da empresa contratada	1-MEIO (PROVÁVEL)	3-CRÍTICO	1-MEIO	Fuções e registros controlados, em caso de vazamento de dados, alteração de senha, comunicação com servidores, atualização de sistemas, realização de backups, observância a segurança de dados, monitoramento de atividades de usuários	A empresa contratada deve informar a Secretaria de Pagamento de Pessoal o vazamento de dados	Secretaria de Pagamento de Pessoal	Logo quando ocorrer o vazamento de dados
2	IDENTIFICADO	Averbações/cancelamentos de empréstimos/consignações e informações de margem	Não elaboração do edital de Licitação e todos os processos necessários para sua realização	Demora/atraso no processo licitatório	Continuidade/manutenção de atual modelo de averbação/cancelamento de empréstimos/consignações e informações de margem	Muito Improvável	FORTES	Fimado setembro de 2023	1-MEIO (PROVÁVEL)	1-INSUFICIENTE	1-Baixo	Seguir o fluxo das processos de licitação	A Secretaria responsável comunicar a Secretaria de Pagamento de Pessoal sobre o andamento	Secretaria de Pagamento de Pessoal	Logo quando ocorrer o atraso na realização da licitação
3	IDENTIFICADO	Averbações/cancelamentos de empréstimos/consignações e informações de margem	Problemas no software	Falta de serviço impactando negativamente na atividade fim da unidade	Interrupção da prestação de serviço e da atividade fim a que é destinada a solução contratada	Possível	SATISFATÓRIOS	Ata e modelo de prestação de serviço para uso de software	1-POSSÍVEL	3-MEIO	0-ALTO	Cabe a empresa monitorar e reduzir os riscos de qualquer problema com o software	A empresa responsável comunicar a Secretaria de Pagamento de Pessoal sobre o andamento	Secretaria de Pagamento de Pessoal	Logo quando ocorrer o problema no software


IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS						CONTROLES EXISTENTES	
ID	SITUAÇÃO DO RISCO	OBJETIVO(S), PROCESSOS OU ATIVOS AFETADOS	CAUSA (em virtude de...)	EVENO (poderá acontecer...)	CONSEQUÊNCIA (que poderá ocasionar...)	DESCRIÇÃO	EFICÁCIA DOS CONTROLES
1	IDENTIFICADO	Dados pessoais de servidores/magistrados/pensionistas e dados do TRT3	Inobservância do devido tratamento de dados de terceiros conforme contrato <u>LGPD</u>	Vazamento de dados por haver um terceiro para intermediar as licitações	Interrupção do serviço e da atividade fim a que é destinada a solução contratada	Muito Improvável	FORTE(S)
2	IDENTIFICADO	Averbações/cancelamentos de empréstimos/consignações e informações de margem	Não elaboração do edital de Licitação e todos os processos necessários para que ocorra a Licitação	Demora/atraso no processo licitatório	Continuidade/manutenção do atual modelo de averbação/cancelamento de empréstimos/consignações e informações de margem	Muito Improvável	FORTE(S)
3	IDENTIFICADO	Averbações/cancelamentos de empréstimos/consignações e informações de margem	Problemas no software	Falta de serviço impactando negativamente na atividade fim da unidade.	Interrupção da prestação do serviço e da atividade fim a que é destinada a solução contratada	Possível	SATISFATÓRIO(S)

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 3ª REGIÃO


Secretaria de Pagamento de Pessoal

ANÁLISE E AVALIAÇÃO DO RISCO				TRATAMENTO DO RISCO				
DATA DA AVALIAÇÃO DO RISCO	PROBABILIDADE	IMPACTO	NÍVEL DE RISCO INERENTE	AÇÕES A IMPLEMENTAR	COMUNICAÇÃO E CONSULTA	RESPONSÁVEL	QUANDO?	HISTÓRICO DO ACOMPANHAMENTO
Durante a Licitação e escolha da empresa terceirizada	1-MUITO IMPROVÁVEL	5-CATASTRÓFICO	10-MÉDIO	Fiscalizar a empresa contratada em caso de vazamento de dados, alteração de senhas, comunicação aos envolvidos, orientação aos servidores fiscalizadores da empresa, determinar a abrangência do dano, interromper as atividades do sistema, possível rescisão contratual	A empresa terceirizada deve informar a Secretaria de Pagamento de Pessoal o vazamento de dados	Secretaria de Pagamento de pessoal	Logo quando souber do vazamento de dados	
Primeiro semestre de 2024	1-MUITO IMPROVÁVEL	1-INSIGNIFICANTE	6-BAIXO	Seguir fluxo dos processos de licitação	A Secretaria responsável comunicar a Secretaria de Pagamento que a licitação atrasará ou não será realizada	Secretaria de Pagamento do pessoal	Logo quando souber do atraso ou da não realização da Licitação	
Após a escolha da empresa, no período de treinamento para uso do software	3-POSSÍVEL	3-MODERADO	14-ALTO	Cobrar da empresa terceirizada a resolução de qualquer problema com o software	A empresa terceirizada deve informar a Secretaria de Pagamento de Pessoal qualquer problema com o software	Secretaria de Pagamento de pessoal	Logo quando souber de qualquer problema no software	

ASSINATURA DO INTEGRANTE TÉCNICO:

Assinatura:	<div>  Documento assinado digitalmente PAULO CORREA LARA Data: 18/02/2025 16:54:24-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br </div>
Nome:	Paulo Correa Lara
Cargo:	Chefe de Seção de Soluções de Gestão Financeira

ASSINATURA DO INTEGRANTE ADMINISTRATIVO:

Assinatura:	<div>  Documento assinado digitalmente JULEMAR ANTONIO DE AMORIM Data: 13/02/2025 09:55:51-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br </div>
Nome:	Julemar Antônio de Amorim
Cargo:	Técnico Administrativo - Contabilidade